

Cavan Rocbra
Indústria e Comércio
de Pré Moldados e
Concreto S/A

**Informações contábeis
intermediárias em
30 de Junho de 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Informações contábeis intermediárias	3
Balances patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às informações contábeis intermediárias	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias

Aos
Diretores e aos Acionistas da
Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S.A.
Bacabeira - MA

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S.A. ("Companhia"), em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

**Conclusão**

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicáveis à elaboração de informações contábeis intermediárias.

Ênfase

Sem ressaltar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1, que menciona concentração de sua receita em um único cliente. Essa transação foi efetuada mediante acordo entre as partes, formalizado em um contrato que se extinguirá em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo, 20 de outubro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

José Luiz Ribeiro de Carvalho
Contador CRC 1SP141128/O-2

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	30/06/2016 (Não auditado)	31/12/2015	Passivo	Nota	30/06/2016 (Não auditado)	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.700	3.947	Empréstimos e financiamentos	11	5.154	20.622
Clientes	5	10.513	6.660	Debêntures	12	25.954	-
Estoques	6	3.346	904	Fornecedores	13	4.039	3.972
Ativo fiscal corrente	7	4.901	1.774	Salários, férias e encargos sociais		1.865	1.061
Outras contas a receber	8	482	395	Contribuições e impostos a recolher		1.418	924
		<u>28.942</u>	<u>13.680</u>	Provisão para imposto de renda e contribuição social		845	550
				Adiantamento de clientes	14	11.908	6.298
				Dividendos - Partes Relacionadas		-	619
						<u>44.566</u>	<u>34.046</u>
Não circulante				Não circulante			
Mutuo com empresas ligadas	9	81.995	67.575	Empréstimos e financiamentos	11	-	1.742
Depósitos judiciais		6	6	Debêntures	12	7.236	-
Imobilizado	10	26.194	29.380	Adiantamento de clientes	14	15.254	21.871
Intangível		318	332			<u>29.107</u>	<u>23.613</u>
		<u>108.513</u>	<u>97.293</u>	Patrimônio líquido			
				Capital social	15.a	11.329	7.382
				Reservas de capital	15.c	25.223	29.170
				Reserva de lucro	15.b	9.881	16.762
				Lucros acumulados		17.349	-
						<u>63.782</u>	<u>53.314</u>
Total do ativo		<u>137.455</u>	<u>110.973</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>137.455</u>	<u>110.973</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações de resultados

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ações)

	Nota	30/06/2016 (Não auditado)	30/06/2015 (Não auditado)
Receita Líquida	16	43.829	36.498
Custo das vendas e serviços	17	<u>(19.828)</u>	<u>(19.084)</u>
Lucro bruto		<u>24.001</u>	<u>17.414</u>
Despesas Administrativas e gerais	18	(4.778)	(4.003)
Depreciação		(109)	(103)
Outras receitas operacionais	19	304	192
Outras despesas operacionais	19	(28)	(18)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>19.390</u>	<u>13.482</u>
Receitas financeiras líquidas	20	2.998	2.886
Despesas financeiras líquidas	20	<u>(2.931)</u>	<u>(2.365)</u>
Lucro antes dos impostos		19.457	14.003
Imposto de renda e contribuição social - corrente	21	(4.743)	(3.553)
Redução de IRPJ - de incentivo fiscal	21	<u>2.635</u>	<u>1.702</u>
Lucro líquido do período		<u>17.349</u>	<u>12.152</u>
Ações ordinárias de controladores		10.000	10.000
Lucro por ação		<u>1.735</u>	<u>1.215</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	<u>Reserva de capital</u>		<u>Reserva de lucros</u>		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Retenção de Lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2015	10	24.715	2	17.120	-	41.847
Transferência para reserva de capital	-	208	-	(208)	-	-
Capitalização de Reservas	7.372	(7.372)	-	-	-	-
Dividendos Complementares	-	-	-	(13.174)	-	(13.174)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	12.152	12.152
Saldos em 30 de junho de 2015 - (Não auditado)	7.382	17.551	2	3.738	12.152	40.825
Saldos em 01 de janeiro de 2016	7.382	29.170	1.265	15.497	-	53.314
Capitalização de Reservas	3.947	(3.947)	-	-	-	-
Dividendos Complementares	-	-	-	(6.881)	-	(6.881)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	17.349	17.349
Saldos em 30 de junho de 2016 (Não auditado)	11.329	25.223	1.265	8.616	17.349	63.782

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016 (Não auditado)	30/06/2015 (Não auditado)
Resultado do período	17.349	12.152
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>17.349</u></u>	<u><u>12.152</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Cavan Rocbra Ind. e Com. de Pré-Moldados de Concreto S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de seis meses findos em 30 de junho de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	30/06/2016	30/06/2015
	(Não auditado)	(Não auditado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	17.349	12.152
Ajustes para:		
Depreciação/Amortização	1.312	1.290
Provisão para impostos de renda e contribuição social	2.108	1.851
Juros sobre mútuo - Partes relacionadas	(2.378)	(1.514)
Encargos de dívidas (inclui variações monetárias e cambiais líquidas)	351	2.003
	<u>18.742</u>	<u>15.782</u>
(Aumento) redução nos ativos		
Clientes	(3.853)	(9.950)
Outras contas a receber	(87)	595
Estoques	(2.442)	(1.333)
Ativo fiscal corrente	(396)	(2.085)
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	67	(772)
Salários, férias e encargos sociais	804	366
Contribuições e impostos a recolher	(1.319)	(2.713)
Adiantamentos de clientes	(1.007)	(2.677)
	<u>(8.233)</u>	<u>(18.569)</u>
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	<u>10.509</u>	<u>(2.787)</u>
Aquisição de ativo imobilizado	(807)	(1.241)
Aquisição de ativo intangível	(36)	(39)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento	<u>(843)</u>	<u>(1.280)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e debêntures tomados	50.000	30.000
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(34.371)	(727)
Pagamentos de Dividendos	(1.500)	(2.779)
Pagamentos de JCP	-	(188)
Mútuo - Concedidos	(18.455)	(14.063)
Mútuos - Recebidos	413	824
	<u>(3.913)</u>	<u>13.067</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>(3.913)</u>	<u>13.067</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>5.753</u>	<u>9.000</u>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.947	6.990
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>9.700</u>	<u>15.990</u>
	<u>5.753</u>	<u>9.000</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cavan Rocbra Indústria e Comércio de Pré Moldados de Concreto S/A (“Companhia”) foi constituída em 20 de agosto de 2010 na cidade de Bacabeira, Estado do Maranhão sob a forma de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com objeto social dentre as atividades principais a industrialização e comercialização de pré-moldados de concreto, especialmente dormentes, bem como outros produtos de pré-moldados de concreto.

Em 15 de setembro de 2010 foi celebrado contrato de fornecimento de dormentes e outros produtos pré-moldados com a empresa Vale S.A. Este contrato junto à Vale foi estimado em um montante de faturamento de R\$151.450. Este contrato tem vigência de sete anos da sua data de assinatura (15 de setembro de 2010) extinguindo-se em 31 de dezembro de 2016 ou até o cumprimento de todas as obrigações, que estão voltadas para produção e disponibilização dos dormentes de acordo com as especificações técnicas definidas em contrato. A Companhia iniciou suas operações comerciais (faturamento) em 17 de julho de 2011.

Em 13 de dezembro de 2013, foi firmado com a Vale S.A. o 2º Aditivo de fornecimento dormentes, passando a ser estimado o contrato no valor de R\$723.000 com término contratual em 31 de dezembro de 2021.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 15.624, decorrente principalmente da captação de debêntures efetuada no primeiro semestre de 2016. A Companhia prevê a geração de um EBITDA de R\$ 16.880 no segundo semestre de 2016 e R\$ 34.600 no exercício de 2017, de forma a equalizar essa situação. Em 30 de junho de 2016 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos.

2 Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria em 20 de outubro de 2016.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. A moeda funcional da Companhia é o real.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias estão incluída na seguinte nota explicativa:

- **Nota 10** - Vida útil do imobilizado.

O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir dessas estimativas.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação de suas informações contábeis intermediárias referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 das demonstrações contábeis publicadas no DOE de 06 de junho de 2016 referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, portanto, devem ser lidas conjuntamente.

Certos valores nas demonstrações de balanço de 30 de junho de 2016, originalmente divulgadas na rubrica de imobilizado, foram reclassificados para a rubrica de ativo fiscal corrente, devido mudança de política contábil, conforme demonstrado abaixo:

Reclassificações	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Prédios e edifícios	1.187	100	-	416	100	1.803
Máquinas e equipamentos	1.194	91	7	145	14	1.451
Benfeitorias em terceiros	-	-	-	42	-	42
Estorno de depreciação	(65)	(174)	(180)	(71)	(75)	(565)
	<u>2.316</u>	<u>17</u>	<u>(173)</u>	<u>532</u>	<u>39</u>	<u>2.731</u>

As reclassificações foram provenientes de créditos de PIS e Cofins sobre a construção da fábrica (prédios e edifícios), benfeitorias em bens de terceiros e aquisições de máquinas e equipamentos utilizados na produção do período de 2011 a 2015.

Originalmente a Companhia aplicava para tomada de crédito de PIS e Cofins a lei 10.637/2002 bem como a lei nº 10.833/2003, em que os créditos de PIS e de Cofins sobre a aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos para utilização na produção de bens destinados à venda, bem como sobre edificações e benfeitorias

em imóveis próprios ou de terceiros utilizados nas atividades da Companhia, eram determinados exclusivamente mediante a aplicação da alíquota das contribuições sobre o valor dos encargos de depreciação e amortização desses bens.

Porém com o implemento da lei nº 10.865/2004 deu nova redação às leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, permitindo mais uma forma de cálculo para os créditos relativos à aquisição de máquinas e equipamentos destinados ao ativo imobilizado.

Conforme essa nova modalidade de cálculo, os créditos de PIS e Cofins podem ser apurados mediante a aplicação, a cada mês, das alíquotas das contribuições sobre o valor correspondente a 1/48 do valor de aquisição de máquinas e equipamentos integrantes do ativo imobilizado durante 4 anos.

A Medida Provisória - MP nº 540/2011 trouxe alterações da lei nº 10.865/2004, quanto ao prazo para apropriação dos créditos do PIS e Cofins não cumulativos sobre o ativo imobilizado.

Conforme artigo 4º desta MP, as Companhias, nas hipóteses de aquisição no mercado interno ou de importação de máquinas e equipamentos destinados à produção de bens, poderão optar pelo desconto dos créditos da contribuição para o PIS e da Cofins, da seguinte forma:

- No prazo de 11 (onze) meses, no caso de aquisições ocorridas em agosto de 2011;
- No prazo de 10 (dez) meses, no caso de aquisições ocorridas em setembro de 2011;
- No prazo de 9 (nove) meses, no caso de aquisições ocorridas em outubro de 2011;
- No prazo de 8 (oito) meses, no caso de aquisições ocorridas em novembro de 2011;
- No prazo de 7 (sete) meses, no caso de aquisições ocorridas em dezembro de 2011;
- No prazo de 6 (seis) meses, no caso de aquisições ocorridas em janeiro de 2012;
- No prazo de 5 (cinco) meses, no caso de aquisições ocorridas em fevereiro de 2012;
- No prazo de 4 (quatro) meses, no caso de aquisições ocorridas em março de 2012;
- No prazo de 3 (três) meses, no caso de aquisições ocorridas em abril de 2012;
- No prazo de 2 (dois) meses, no caso de aquisições ocorridas em maio de 2012;
- No prazo de 1 (um) mês, no caso de aquisições ocorridas em junho de 2012; e
- Imediatamente, no caso de aquisições ocorridas a partir de julho de 2012.

Baseado em um aproveitamento de crédito de PIS e Cofins imediato a Companhia optou em realizar a mudança do critério fiscal.

Esta mudança do aproveitamento de crédito de PIS e Cofins sobre o imobilizado afeta a política de capitalização do imobilizado, pois o custo de aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens incorporados ao ativo imobilizado adquiridos para utilização na produção de bens

destinados à venda, bem como sobre edificações e benfeitorias em imóveis próprios ou de terceiros utilizados nas atividades da Companhia compreenderá o preço de aquisição, deduzidos os créditos de PIS e Cofins, os descontos comerciais e abatimentos.

3.1 Pronunciamentos novos ou revisados

Novas normas, alterações e interpretações de norma

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Vigência	Principais pontos introduzidos pela norma	Impactos da adoção
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2018	A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo correspondente ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em “Outros resultados abrangentes” e não no resultado do período.	A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	1º de janeiro de 2018	Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.
IFRS 16 - Leases	1º de janeiro de 2019	Essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente.	A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2016	31/12/2015
Caixa	6	16
Bancos	27	3.124
Aplicações Financeiras	9.667	807
	9.700	3.947

Os saldos de caixa e equivalente de caixa referem-se a caixa em poder da Companhia e depósitos bancários, que estão centralizados em conta movimento no Banco Itaú e Banco do Brasil.

As aplicações de curto prazo foram classificadas como mantidas para negociação e são representadas basicamente por Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimento atrelado à taxa de 101% da CDI.

5 Clientes

	30/06/2016	31/12/2015
Clientes - Comerciais	10.513	6.660
	10.513	6.660

A Companhia não possui títulos em atraso e esses títulos são integralmente dos clientes Vale S.A. (R\$ 10.513 em 2016 e R\$6.460 em 2015) e Energia dos Ventos I S.A. (R\$ 200 em 2015), por esse motivo não há necessidade de constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa para esses títulos.

6 Estoques

	30/06/2016	31/12/2015
Estoque de Produtos Acabados	2.822	143
Estoque de Matéria - Prima	524	761
	3.346	904

7 Ativo fiscal corrente

	30/06/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar	87	83
IPI a recuperar	465	220
ISS a recuperar	56	56
COFINS a recuperar	2.107	224
PIS a recuperar	440	49
IRPJ a compensar	1.110	822
IRRF sobre mutuo a recuperar	572	268
IRRF sobre aplicações financeiras	54	46
Outros impostos a compensar	10	6
	4.901	1.774

8 Outras contas a receber

	30/06/2016	31/12/2015
Notas de créditos a receber	18	20
Adiantamento a fornecedores	274	239
Despesas antecipadas	96	65
Depósitos cauções	20	20
Outras contas a receber	31	31
Créditos com funcionários	43	20
	482	395
	482	395

9 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são relativos a operações com partes relacionadas que decorrem de operações de mútuo e garantias de avença - caução da Companhia com sua controladora ou outras partes relacionadas, que estão assim apresentadas:

	Ativo	
	30/06/2016	31/12/2015
Operações de mútuo		
Cime Administração e Participações S.A.	28.145	27.112
Cavan Pré Moldado S.A.	53.850	40.463
	81.995	67.575
	81.995	67.575

a. Contrato de mútuo

Os contratos de mútuos firmados entre a Companhia e as partes relacionadas possuem prazo indeterminado. O contrato firmado entre a Companhia e a CIME Administração e Participações S.A. é remunerado pela TJLP conforme aditivo contratual celebrado em 01/01/2014, e o contrato de crédito recíproco com renovação automática de 12 meses a contar a partir de 30 de setembro de 2010 firmado entre a Companhia e a Cavan Pré Moldado S.A. possui remuneração de 6% a.a. e 10% a.a, respectivamente.

A movimentação do mútuo no período pode ser assim apresentada:

	Saldo 31/12/2015	Mútuo Cedido	IRRF	Juros	Amortização	Saldo 30/06/2016
CIME Administração e Participações S.A.	27.112	-	-	1.033	-	28.145
Cavan Pré Moldado S.A.	40.463	18.758	(303)	1.345	(6.413)	53.850
	67.575	18.758	(303)	2.378	(6.413)	81.995
	67.575	18.758	(303)	2.378	(6.413)	81.995

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal chave da administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui o presidente e os diretores e contemplam salários, honorários e benefícios variáveis.

	30/06/2016	30/06/2015
Honorários de diretoria	(1.164)	(1.086)
	(1.164)	(1.086)

c. Garantias

Em 30 de junho de 2016 a Cavan Pré Moldados S.A. (controladora) e Guarupart Participações Ltda. exercem como avalista a garantia de R\$ 35.000 que a Companhia captou junto ao Banco BBM a título de debêntures.

10 Imobilizado

Composição dos ativos imobilizados

	2016			2015
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Prédios e edifícios	19.878	(3.109)	16.769	14.692
Maquinas equipamento e instalações industriais	14.814	(6.271)	8.543	9.950
Veículos	455	(317)	138	178
Móveis e utensílios	136	(55)	81	84
Computadores e periféricos	192	(107)	85	75
Equipamentos de comunicação	57	(38)	19	24
Ferramentas	41	(16)	25	26
Benfeitoria em bens de terceiros	415	(160)	255	335
Construções em andamento	279	-	279	4.016
	36.267	(10.073)	26.194	29.380

Movimentação do custo

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferências	Reclassif.	Saldo em 30/06/2016
Prédios e edifícios	17.665	-	4.016	(1.803)	19.878
Maquinas equipamentos e instalações industriais	15.777	488	-	(1.451)	14.814
Veículos	450	5	-	-	455
Móveis e utensílios	132	4	-	-	136
Computadores e periféricos	164	28	-	-	192
Equipamentos de comunicação	57	-	-	-	57
Ferramentas	38	3	-	-	41
Benfeitoria em bens de terceiros	457	-	-	(42)	415
Construções em andamento	4.016	279	(4.016)	-	279
	38.756	807	-	(3.296)	36.297

As reclassificações foram provenientes de mudança de política contábil sobre créditos de PIS e COFINS sobre a aquisição de imobilizado, conforme divulgação realizada na nota explicativa 3.

Movimentação da depreciação

	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Estorno	Saldo em 30/06/2016
Prédios e edifícios	(2.973)	(353)	-	217	(3.109)
Maquinas e equipamentos e instalações industriais	(5.827)	(781)	-	337	(6.271)
Veículos	(272)	(45)	-	-	(317)
Móveis e utensílios	(48)	(7)	-	-	(55)
Computadores e periféricos	(89)	(18)	-	-	(107)
Equipamentos de comunicação	(33)	(5)	-	-	(38)
Ferramentas	(12)	(4)	-	-	(16)
Benfeitoria em bens de terceiros	(122)	(49)	-	11	(160)
Total de Depreciação	(9.376)	(1.262)	-	565	(10.073)
Total do Imobilizado	29.380	(455)	-	(2.731)	26.194

Os estornos de depreciações foram provenientes dessas reclassificações realizados no custo do imobilizado, consequentemente a depreciação no período de 2011 a 2015 representou um estorno de R\$ 565 mil.

11 Empréstimos e financiamentos

	Data do contrato	Vencimento	Indexador	Juros	30/06/2016	31/12/2015
I - Em moeda nacional						
a - Arrendamento mercantil financeiro						
<i>FINAME</i>						
Banco do Brasil <i>Leasing</i>	18/04/2011	16/05/2016	Spread	3,20% a.a + TJLP	-	433
Banco do Brasil	29/04/2011	17/11/2017	-	16,9% á 18,8% a.a	86	113
Banco Itaú	27/09/2011	24/03/2017	-	14,9% a.a	68	151
b - Empréstimos bancários						
<i>Cédula de Crédito Bancário</i>						
Santander	26/01/2015	31/01/2017	-	125% do CDI	-	21.667
Santander	28/03/2016	29/08/2016	-	129,5% do CDI	5.000	-
					5.154	22.366
Circulante					5.154	20.622
Não circulante					-	1.742

A Companhia captou junto a instituições financeiras empréstimos em moeda nacional para capital de giro, Finame para aquisição de máquinas e leasing para aquisição de veículos, tendo a Guarupart Participações Ltda como garantidora do empréstimo nacional junto ao Santander.

12 Debêntures

	30/06/2016	31/12/2015
Debêntures - Banco BBM	33.190	-
	33.190	-
Circulante	25.954	-
Não circulante	7.236	-

Em 20 de maio de 2016 foi realizado pela Companhia o Instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfaria, com garantia fidejussória, série única, sem opção de repactuação para distribuição pública com esforços restritos no valor original de R\$ 35.000. Em 30 de junho de 2016 as debêntures estão compostas por:

Debêntures	30/06/2016
Valor original - Banco BBM	33.541
Juros	206
Comissão de colocação das debêntures	(557)
	33.190

A movimentação das debêntures no período pode ser assim apresentada:

	Aquisição 20/05/2016	Juros Incorridos	(Amortização) /Apropriação	Saldo 30/06/2016
Valor original - Banco BBM	35.000	-	(1.459)	33.541
Juros	-	277	(71)	206
Comissão de colocação das debêntures	(600)	-	43	(557)
	34.400	277	(1.487)	33.190

Não circulante	2018	Total
Banco BBM	7.270	7.270
Comissão de colocação das debêntures	(33)	(33)
	7.236	7.236

A Escritura foi firmada com base nas Assembleias Gerais Extraordinárias de Acionistas da Companhia realizadas em 02 de maio de 2016, na qual foi deliberada as condições da emissão (“AGE da Emissora”), conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

As debêntures possuem os seguintes termos e condições:

- Valor total da emissão é de R\$ 35 milhões, na data da emissão;
- Emissão de 35 debêntures, com valor unitário de R\$ 1 milhão, perfazendo o total de R\$ 35 milhões;
- As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas, e não conversíveis em ações de emissão da Emissora;
- As debêntures são da espécie quirográfaria, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações e conta com garantia fidejussória.
- Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo total ou da decorrência de um evento antecipado, o valor nominal unitário das debêntures será amortizado mensalmente, em 24 parcelas, sendo as 23 primeiras correspondentes, cada uma, a 4,17% e a última parcela equivalente ao saldo do valor nominal unitário.
- O valor nominal unitário das debêntures não será atualizado monetariamente. As debêntures farão jus a uma remuneração correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, acrescida de uma sobretaxa equivalente a 4,0% ao ano, com base em 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa;

As debêntures e as obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da oferta estão garantidos por fiança prestados pela Cavan Pré-Moldados (controladora) e Guarupart Participações Ltda.

Os recursos captados por meio da oferta fazem parte do planejamento financeiro da Companhia, que foram utilizados para liquidação de contratos que representavam dívidas de curto prazo, com alongamento da dívida com custos menores, aliviando o impacto no fluxo de caixa e reforçando capital de giro da Companhia.

Como cláusulas de *covenants* o contrato prevê se a Companhia sofrer alienação ou perda de ativos em montante superior a 10% do Ativo total ou perda de parte do patrimônio em montante superior a 10%, a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nas Demonstrações Contábeis, poderá resultar em vencimento antecipado:

(a) Cálculo da variação do Ativo total

	30/06/2016	31/12/2015	Varição (R\$)	Varição (%)
Ativo total	137.451	110.973	26.478	24%

(b) Cálculo da variação do Patrimônio Líquido

	30/06/2016	31/12/2015	Varição (R\$)	Varição (%)
Patrimônio Líquido	63.782	53.314	10.468	20%

13 Fornecedores

	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores Nacionais	3.909	3.877
Fornecedores Estrangeiros	130	94
	4.039	3.972

Estão registrados nesta rubrica os saldos em aberto com fornecedores de prestação de serviços e matéria prima.

14 Adiantamento de clientes

O contrato de venda de mercadorias firmado entre a Vale S.A. e a Companhia previa que fosse adiantado pela Vale S.A. o montante de R\$30.290, equivalente a 20% do valor total do contrato firmado entre as partes, que foi efetuado em dezembro de 2010.

Em 13 de dezembro de 2013 foi assinado o 2º aditivo contratual onde foi liberado o adiantamento no montante de R\$33.500, pagos em 13 de dezembro de 2013 e 17 de março de 2014.

O adiantamento de clientes será amortizado linearmente com base no volume de faturamento e com base no prazo de término de contrato, previsto para 31 de dezembro de 2021. Historicamente a Companhia vem amortizando aproximadamente 9% do valor faturado.

15 Patrimônio líquido

a. Capital

O capital social em 30 de junho de 2016, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 10.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de junho de 2016 o aumento de capital no valor de R\$ 3.947 originados da Reserva de Incentivos Fiscais, totalizando o capital social no valor de R\$ 11.329 representado por 10.000 ações assim distribuídas:

	Quantidade de ações
Cavan Pré Moldado S.A.	8.000
Rocbra Participações e Empreendimentos Ltda.	2.000
	10.000

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

Representada pelas propostas da Administração de retenção dos saldos remanescentes dos lucros líquidos do exercício e de exercícios anteriores, após as retenções previstas na legislação ou aprovadas pelos acionistas. O saldo da conta de reserva de lucros ficará disponível para deliberação da assembleia.

c. Reserva de capital

Reserva de incentivos fiscais

A Companhia requereu à SUDAM utilização do benefício da redução por reinvestimento de 75% do imposto de renda devido para o projeto de complementação de equipamento da Companhia, de que trata o artigo 32 da Lei nº 11.196/2005, artigos 5º e 13º do Regulamento de Incentivo Fiscais Administrados pela SUDAM.

Em novembro de 2011, a Companhia passou a usufruir os benefícios fiscais previstos na Lei nº 9.129/10 que permite a utilização de 75% do ICMS próprio no momento da apuração.

d. Dividendos

São assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 5% do lucro líquido ajustado de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia.

Em junho de 2016 foram aprovados e distribuídos R\$ 7.500 a título de dividendos, sendo R\$ 619 dividendos mínimos obrigatórios do resultado de 2015 e R\$ 6.881 de dividendos complementares.

16 Receita

Conforme pode ser observado no contexto operacional, a fonte da receita de vendas da Companhia está concentrada exclusivamente com o cliente Vale S.A., através de contrato firmado entre as partes com vencimento previsto em contrato para 2021.

	30/06/2016	30/06/2015
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	48.925	42.593
Serviços Prestados	120	-
Deduções		
PIS	(293)	(435)
COFINS	(1.302)	(2.010)
ICMS	(8.725)	(7.241)
ISS	(6)	-
(+) Incentivo Fiscal ICMS	5.110	4.017
INSS por desoneração da folha	-	(426)
Receita operacional líquida	43.829	36.498

17 Custos das vendas

	30/06/2016	30/06/2015
Gastos gerais de fabricação	(5.581)	(5.121)
Custo de mão-de-obra	(3.746)	(3.295)
Consumo de matéria prima	(9.371)	(9.556)
Depreciação	<u>(1.130)</u>	<u>(1.112)</u>
	<u><u>(19.828)</u></u>	<u><u>(19.084)</u></u>

18 Administrativas e gerais

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas com pessoal		
Salários e ordenados	(953)	(652)
Encargos sociais	(652)	(239)
Benefícios	<u>(252)</u>	<u>(167)</u>
	<u><u>(1.857)</u></u>	<u><u>(1.058)</u></u>
Despesas administrativas		
Serviço de terceiros	(514)	(878)
Despesas com viagem e transporte	(121)	(139)
Despesas impostos e taxas	(425)	(320)
Despesas prediais	(225)	(263)
Despesas c/aluguel de veículos e combustível	(24)	(31)
Outras despesas	<u>(264)</u>	<u>(173)</u>
	<u><u>(1.573)</u></u>	<u><u>(1.804)</u></u>
Despesas comerciais e institucionais		
Despesas institucionais	(185)	(45)
Despesas comerciais	<u>-</u>	<u>(10)</u>
	<u><u>(185)</u></u>	<u><u>(55)</u></u>
Honorários de diretoria	<u>(1.164)</u>	<u>(1.086)</u>
Total despesas administrativas e gerais	<u><u>(4.778)</u></u>	<u><u>(4.003)</u></u>

19 Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2016	30/06/2015
Outras Receitas Operacionais		
Outras Receitas	4	-
Receitas de Aluguel	<u>300</u>	<u>192</u>
Outras Despesas Operacionais		
PIS sobre outras receitas	(5)	(3)
COFINS sobre outras receitas	<u>(23)</u>	<u>(15)</u>
Total de Outras Receitas e Despesas Operacionais	<u><u>276</u></u>	<u><u>174</u></u>

20 Resultado financeiro

	30/06/2016	30/06/2015
Receita financeira		
Juros sobre mútuo - Partes relacionadas	2.378	1.514
Descontos obtidos	12	24
Receita aplicação financeira	66	1.344
Variação monetária	542	4
	2.998	2.886
Despesa financeiras		
Juros sobre empréstimo bancário	(1.697)	(1.915)
Despesas bancárias	(14)	(23)
Despesas fianças bancárias	(758)	-
Juros sobre debêntures	(277)	-
Enc. fin. contrato leasing	(15)	(30)
Juros de FINAME	(13)	(54)
Juros e mora pagos	(11)	(7)
Prêmio sobre debêntures	(44)	-
IOF sobre operações financeiras	(102)	(336)
	(2.931)	(2.365)
Resultado financeiro líquido	67	521

21 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da taxa efetiva da alíquota nominal, para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015, é como segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Resultado antes dos impostos	<u>19.457</u>	<u>14.003</u>
I - Valor base IRPJ e CSLL	<u>28.794</u>	<u>4.749</u>
Alíquota 15% IRPJ e 9% CSLL	4.670	3.361
Alíquota adicional 10% IRPJ com dedução de R\$ 120	1.934	1.388
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas		
Adições permanentes		
Doações	61	12
Gratificação a dirigentes	-	158
Outros	-	1
Exclusões permanentes		
Incentivo fiscal - ICMS	(1.737)	(1.367)
Incentivo fiscal - IRPJ	(2.635)	(1.702)
Incentivo fiscal - PAT	(121)	-
Outros	(64)	-
III - Taxa efetiva		
Despesa com imposto de renda e contribuição social	<u>2.108</u>	<u>1.851</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.743	3.553
Redução de imposto de renda - Incentivo fiscal	<u>(2.635)</u>	<u>(1.702)</u>
IRPJ e CSLL ajustado (I+II)	<u>2.108</u>	<u>1.851</u>
Alíquota efetiva	<u>11%</u>	<u>13%</u>

22 Instrumentos financeiros

22.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

22.2 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

- Caixa, equivalentes de caixa, clientes e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

- Empréstimos e financiamentos, Debêntures, divendidos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar)
- 1º emissão de debêntures: O valor justo para as debêntures não possui diferença para o saldo contábil, uma vez que o valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no site (www.pentagontrustee.com.br), é o valor contábil.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o período findo em 30 de junho de 2016.

22.3 Hierarquia do valor justo

Mensuração do valor justo: a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II**- outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III**- técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no período findo em 30 de junho de 2016, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

22.4 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

22.4.1 Risco de crédito

a. Clientes

Devido a Companhia ter como único cliente a Vale S.A, a Companhia entende que não possui risco de incorrer em perdas decorrentes a esta contraparte em um instrumento financeiro decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco que a Companhia apresenta, está associado basicamente ao saldo entre partes relacionadas devido os mesmos terem sido formalizados em condições específicas e em montantes significativos, mantidas pelo seu valor original e sem prazos previstos para liquidação. Essas operações poderiam resultar em valores diferentes caso fossem realizadas com terceiros.

22.4.2 Risco de liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez;

22.4.3 Operações com instrumentos financeiros derivativos

Para o período findo em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos

22.4.4 Risco de taxas de juros

A atualização dos contratos de financiamento, empréstimos e debêntures estão vinculados a variação do CDI e TJPL.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

23 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica e odontológica, vale transporte e vale refeição.

* * *

Guilherme Martins de Godoy Pereira
Diretor

Pedro Massucato
Diretor

Cristiane dos Santos Barbosa
Contador CRC-1SP147507/O-1